

... a outra face possível da realidade

#### 4

### **Um *outro* olhar sobre o sujeito do/ no espaço urbano no seio da sociedade capitalista: a cidade do Rio de Janeiro como exemplo**

Estamos divididos na sociedade em classes e grupos sociais (étnicos, políticos, religiosos etc.), e no espaço, tendo como exemplos extremos, condomínios fechados, de um lado, e favelas, de outro. Além disso, estamos divididos em nós mesmos na medida em que o que nos separa de nós mesmos e nos enfraquece, nos une ao poder por meio de laços falsos (VANEIGEM, 2002, p. 106), laços abstratos que se tornam concretos e transformam o concreto em abstrato pela força do poder. O mesmo acontece com o espaço – complexo por excelência –, fragmentado e pulverizado globalmente, mas reunido pelo poder na forma de concepções ensimesmada, unidimensional e instrumental (como estratégias à dominação).

O sujeito objetivo e subjetivo e o espaço concreto e abstrato são apenas exemplos da sociedade que é atravessada pelo poder através da “soma das mediações alienadas e alienantes” (VANEIGEM, 2002, p. 106). Por isso a onipresença do poder (LEFEBVRE, 1977), uma presença de ausências verdadeiramente concretas, nos objetos, nos momentos, nas regras, nas normas, nos valores, nos sentimentos, nos símbolos, nas ações, nas imaginações, nas concepções etc., ou seja, na amplitude e nos interstícios do cotidiano urbano, mediação e síntese da interação dinâmica entre a ordem próxima e a ordem distante.

Como tudo a nossa volta está e nós mesmos estamos impregnados de alienações e de abstrações concretas que metamorfoseiam o concreto em um todo abstrato, torna-se peremptório, em contraponto, medidas criativas, urgentes e radicais, no intuito de contribuir para se repensar, desvelar e transformar a sociedade contemporânea na qual vivemos; exatamente o que buscaremos fazer no presente capítulo, ainda que de maneira embrionária. Em outras palavras, é crucial transformar o viver cotidiano, para nos reencontrarmos enquanto *sujeitos totais* num horizonte possível: no agora.

## 4.1 Por que questionar?

A primeira impressão geralmente difundida no senso comum questiona a persistente posição crítica por parte de diversos pesquisadores acadêmicos, manifestantes e movimentos sociais acerca das transformações sociais e espaciais que ocorrem nas cidades, muito em decorrência de novos empreendimentos e investimentos, tal como acontece atualmente na cidade do Rio de Janeiro em função da realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. À primeira vista ao que parece é que tais *críticos* só sabem fazer críticas, além de não oferecerem uma contrapartida; são sempre “contra” ao que é “novo”, e quando propõem algo diferente são radicais demais, baseando-se (sonhando) com ideias impossíveis de serem realizadas.

Essas percepções superficiais e tendenciosas não poderiam estar mais equivocadas. Para se enxergar o erro basta refazer a questão posta inicialmente. O problema não é o questionamento crítico que é feito, no qual, diga-se de passagem, é extremamente necessário, mas o que provoca as contestações, isto é, as decisões e ações na produção do espaço (social) por parte do Estado e de alguns grupos, classes e sujeitos sociais em prol da reprodução do capital. Exatamente por serem muitas vezes contraditórias à reprodução da vida, autoritárias, inconsequentes e de cunho meramente mercadológica.

Com a inversão do ponto de vista, percebe-se que a insistência crítica nada mais é do que uma resposta aos discursos, decisões, intenções e ações que são implementados historicamente no espaço pelo poder hegemônico local vigente, hodiernamente articulado ao poder global capitalista. A postura reflexiva, assim, tende a destoar da posição oficial dominante porque é impelida a não aceitar o que está dado, o *status quo*; muito menos se for posto e imposto por outro, por uma intencionalidade alheia e por uma racionalidade distante. Por isso mesmo se trata de uma atitude radical, encaminhando a discussão à raiz do problema, de modo que a proposição de uma possível solução necessariamente se fundamente no pensamento utópico, cuja importância não está somente naquilo que se almeja transformar, mas no processo ininterrupto de busca, através da prática e da teoria, pela e para transformação.

Um exemplo prático: Por que citar como exemplos na cidade carioca, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, eventos em curso tão alardeados pelos

principais meios de comunicação e tão debatidos e analisados pelos pesquisadores e cientistas sociais? Justamente por suscitar tamanha discussão já demonstra a importância em torno desses empreendimentos principalmente no que tange a magnitude das transformações sociais e espaciais<sup>17</sup> decorrentes, envolvendo decisões, ações e intencionalidades de diversos capitais e do poder público para a sua realização em tensão com insatisfações e manifestações de resistências por parte de sujeitos e grupos sociais que se sentem prejudicados de algum modo; assim sendo, reivindicam a abertura de diálogo para se rever práticas consideradas problemáticas ou simplesmente almejam maior participação nas decisões políticas geralmente impostas como estas, no intento de construir uma cidade mais justa e democrática.

Por se tratar de empreendimentos em curso, é possível que muito se veja, mas pouco se enxergue devidamente, pois são balizados por discursos técnicos convincentes, pela pressão do retorno financeiro imediato e cumprimento de prazos assinados em contrato, por sucessivas ações impostas pelas autoridades públicas sob a prerrogativa do bem comum, por representações discursivas imagéticas tomadas como concepções consensuais “inquestionáveis” (criadas pela associação entre o Estado e o setor privado), com a intenção de manipular a opinião pública. No entanto, apesar de todo esse envoltório de justificativas construídas, ainda sim é uma oportunidade única na história (se bem que todos os momentos o são) de intervir no processo de produção espacial da cidade do Rio de Janeiro em plena atividade por atores hegemônicos.

Mesmo diante da magnitude das transformações, das demonstrações e mobilização de força e poder subjacentes, não é raro encontrar diferentes formas de manifestações de resistência e protesto. Infelizmente por ainda serem poucas, pontuais e/ ou desarticuladas, possuem uma força limitada de reivindicação, incapazes de darem um rumo mais justo e participativo às transformações sociais e espaciais em voga. Entretanto, são suficientes para chamar atenção da sociedade de modo muitas vezes contundente, especialmente se tiver a chance de enxergar com clareza, ao se mobilizar, ao apontar e divulgar um problema e contextualizá-lo, ao adquirir apoio a sua causa, ao provocar e forçar mudanças levando em conta

---

<sup>17</sup> Embora sejam cruciais para compreensão, não se intenta trabalhar mais detalhadamente em torno das transformações sociais e espaciais ocasionadas pelos eventos supracitados, já que objetiva-se aqui apenas exemplificá-las como produto e condição da (re) produção (social) do espaço, e contextualizá-las como um fator dinamizador das tensões sociais.

suas necessidades, antes sumariamente ignoradas. Essa breve trajetória não se trata de uma fórmula pronta, mas apenas de um exemplo, de um caminho entre tantos outros possíveis.

O que importa aqui é reconhecer o quão difícil é empreender um movimento contestatório, seja por um desejo utópico, seja para atender uma necessidade básica. Por outro lado, evidencia o quão significativo é o ato de lutar em meio ao cotidiano tão alienado e alienante, tendo em vista a importância do que isso representa para o próprio sujeito, enquanto um projeto individual, e para o conjunto da sociedade, enquanto expressão coletiva de resistência, de sobrevivência, de resiliência, e quiçá, de busca por uma outra vivência: por exemplo, baseada na conquista dia a dia da produção do espaço sob outros princípios, e realizada para e pelos sujeitos totais através da (re) apropriação não só do espaço, mas também de suas próprias vidas.

Mantendo essa linha norteadora, se retoma a seguir alguns apontamentos acerca do sujeito e do espaço em relação mútua, no intuito de tecer e agregar novas reflexões à análise, sobretudo, através de *tensões* inerentes ao processo de concretização.

#### 4.2

#### **Faces da concretização do ser: entre determinações e indeterminações**

O sujeito é síntese de múltiplas determinações e indeterminações, totalidade em totalização, cuja imbricação não se reduz ao estar ‘em meio a’, mas se amplia ao ser ‘um meio em meio a’; ou seja, a totalidade constitui-se como um princípio de seu ser, é algo imanente. A inerência da totalidade do sujeito permite vislumbrá-lo como um produto feito, e também como um produto sendo feito, um processo constituído de processos e dimensões em meio a processos mais amplos. Nesse sentido, por ser um *processo* está sujeito a condições de alienações socialmente criadas bem como a possibilidades reais e utópicas de superação e insurgência, sempre com o risco de novas alienações serem produzidas. A totalidade é, assim, uma condição existencial corpórea, simbólica e social. Se há uma busca, não é para o sujeito se tornar total, pois já o é, mas para que possa vivenciar de forma plena em consciência e na prática a totalidade como condição. Justamente o que hoje não se verifica diante da sobredeterminação de alienações abstrato-concretas que permeiam e atravessam o cotidiano da vida urbana, na

medida em que tende a destruir a vivência concreta da totalidade, ao reduzi-la à abstrações fragmentárias alienantes e alienadas.

É nesse contexto labiríntico que o sujeito e o espaço *estão*, mas não *são*, aprisionados. Primeiro, porque não se trata de uma condição imanente, mas de uma condição histórico-geográfica construída e determinada. Segundo, porque por maior que seja a intensidade das alienações nas formas de produzir e de agir e nas formas de pensar e de (se) representar, há uma miríade de formas em intensidades diversas, dependendo de cada lugar, de insatisfações, resistências e contestações possíveis efetivas e em potencial ante às determinações da racionalidade capitalista articulada em escala planetária. Isso demonstra como a prática, na verdade, mina a argumentação fictícia de que o capitalismo na sociedade hodierna é algo inquestionável, seja enquanto um fim inelutável ao qual tem de se aceitar, seja através de um “conformismo generalizado” (CASTORIADIS, 2002) no qual não há alternativas plausíveis.

Com estas palavras, entretanto, não se ignora o fato de que ocorre uma instrumentalização do espaço que permite o aprisionamento do sujeito em sua mente, em sua vivência corpórea e em suas ações no cotidiano. Apenas visa ressaltar que o sujeito no espaço também representa a liberdade, ao nos lembrar de que somos (potencialmente) livres. Se estamos perpetuamente “condenados a sermos livres”, então é possível transmutar a prisão à qual estamos submetidos em oportunidades de transformação de si e do que nos constitui, está a nossa volta e intermedeia as interações sociais: o espaço. A proposta de trabalhar o direito à cidade, tendo em vista a cidade do Rio de Janeiro, caminha justamente nessa direção, de tal modo que o espaço e as condições materiais e imateriais preexistentes sejam contemplados como um meio e não um fim em si mesmo; o que implica enfatizar o papel peremptório do sujeito total em ação insurgente para a concretização de um projeto libertário.

Ao mesmo tempo em que somos uma “síntese de múltiplas determinações” sociais, condicionados desde o dia do nascimento até o dia da morte, também somos sujeitos em contínua transformação imediata durante toda a vida, portanto, fruto de indeterminações, sujeitos à incertezas, dúvidas, utopia, ao caos, imprevisível. Entre uma amálgama de determinações e indeterminações, o sujeito total aberto se concretiza no e através do espaço.

### 4.3

#### **Para reiniciar a reflexão: a (i) materialização intencional do espaço pelo sujeito em ação**

Segundo as palavras de Ferreira (2012), “é no espaço que se materializam as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências” (p. 1). Pensa-se em algo além: no espaço é onde se materializam e se *imaterializam* as tensões, as interações e as lutas entre dominação e resistências, pois os processos caminham juntos. O que se materializa no espaço simultaneamente sofre o processo de imaterialização. O que se objetiva também se subjetiva: toda objetividade é acompanhada de uma subjetividade inata, já que advém de uma produção social. Aliás, a própria noção de produção, segundo Carlos (2011), baseando-se em Lefebvre, carrega em si essa dupla determinação:

de um lado, a produção de objetos, produtos, mercadorias (o que significa dizer que o processo de produção gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço como condição da reprodução da vida social (...) De outro lado, a noção de produção contempla o processo de subjetivação: a produção do mundo da mercadoria, com sua linguagem e representação (p. 56).

É uma divisão baseada no real e, portanto, cognata ao sujeito, logo impossível de separá-los, a não ser de forma abstrata como um momento de análise. Assim, quando um processo social se realiza se (i) materializa no espaço influenciando em seu modo de ser e de agir sobre as formas-conteúdos do espaço.

Todos os objetos geográficos são frutos de intencionalidades de classes e grupos sociais e sujeitos tornados concretos, seja, por exemplo, na implementação de um grande projeto de transformação de uma cidade, seja na manifestação de resistências ante a imposição da dominação. A produção de todo elemento físico-material realizada pelo sujeito é inexoravelmente conjugada a um elemento simbólico-imaterial. Nesse sentido, o sujeito carrega em seu âmago constitutivo essa dupla face existencial que se faz única, ser objetivo e ser subjetivo: a objetividade enquanto uma expressão concreta da necessidade de existir e a subjetividade enquanto uma necessidade concreta de exprimir sua existência. Ambas, na realidade, são uma síntese sempre temporária advindas da mesma origem de criação, o sujeito, que encontram no espaço o meio concreto de realização intermediado pelas práticas sociais dinamizadas pelos sujeitos, tornando o espaço um produto e uma condição dessa dinâmica material e

imaterial. Essa realização no espaço, aliás, longe de ser harmônica e sincrônica, ocorre de modo contraditório e assincrônico, em meio a encontros e desencontros entre a objetividade e a subjetividade humana, as materialidades e imaterialidades sociais, as formas e conteúdos espaciais, variando de acordo com cada espacialidade e momento histórico.

Demiurgo, o que se intenta é demonstrar que o espaço, além de conter materialidades e formas sociais e ser um produto da objetivação da subjetividade humana, também é composto por imaterialidades e conteúdos sociais e, nessa perspectiva, é uma concepção objetiva da subjetivação. Essa ênfase dada permite observar o objeto e o espaço, ou melhor, o objeto geográfico no espaço socialmente construído tanto como fruto de (inter) ações e de intencionalidades sociais alicerçadas em determinadas racionalidades, quanto como resultado de percepções, concepções e vivências subjetivas, tais quais valores simbólicos, sentimentos, emoções, sistema de valores, ideologias, representações etc.

A exposição dessa discussão, embora de forma breve, encaminha, sobretudo, no sentido de compreender melhor as nuances existenciais do sujeito enquanto categoria analítica, buscando desvendar as relações e as implicações com o lugar que cotidianamente ele (re) cria ao ser reciprocamente recriado, o espaço.

#### 4.4

#### **O sujeito em sociedade: entre a objetivação e a subjetivação no espaço-tempo concreto**

Ainda no sentido de tecer mais algumas ponderações importantes acerca do sujeito em sociedade na realidade concreta, utiliza-se as contribuições do filósofo Pablo Navarro (1994) na discussão, ao trabalhar com a ideia de holograma social, a partir da seguinte passagem:

Repárese em que el acto de la proyección modal, al determinar la frontera entre lo objetivo y lo subjetivo, constituye también los sujetos sociales como tales sujetos. No existen los capitalistas, o los masones, o los buenos toreros, o los padres de familia ejemplares, como 'realidades sociales objetivas', sino como objetos intencionalmente constituidos por la proyección de una cierta subjetividad conciente (p. 314).

A premissa levantada pelo autor é coerente com toda a argumentação apresentada em sua obra, contudo se considera, em certo sentido, incompleta diante da realidade social concreta discutida aqui. Por quê? Porque os objetos

intencionalmente projetados por uma subjetividade consciente somente se completam, se realizam, se forem constituídos objetivamente no real. Realmente, a fronteira entre o objetivo e o subjetivo é tênue e pode ser turva. Porém, aqui não se trata de uma questão de limites, apesar de também o ser; o que aflora nitidamente como questão é a maneira pela qual se completam e se contradizem.

A subjetividade abordada tende abarcar o consciente do ser, e não o seu inconsciente (ao menos não diretamente), portanto qualquer apreensão é inseparável do concreto vivido, das experiências cotidianas, integradas com outras subjetividades. São ambas unidades que formam uma unidade que se retroalimentam. É assim que a subjetividade é criada por encontrar o meio de realização, e a objetividade é produzida por ser o meio de interação de práticas, ações corporais, percepções, concepções provenientes de diversas subjetividades.

Além disso, uma necessidade existencial inata do ser, de externalizar materialmente a subjetividade, também deve ser suprida: objetos construídos ao longo da história nos contam isso, inclusive objetos geográficos com formas e conteúdos tão diversos quanto únicos em cada sociedade, como uma casa para abrigo, uma rua para circulação, uma fábrica para produção etc.

A produção concreta material da sociedade representa e significa simultaneamente a concepção de produção do espaço geográfico, exatamente a dimensão objetiva que intermedeia, como produto e condição, a interação e produção das subjetividades dos sujeitos, seja através de ações concretas, seja através de projeções conscientes de intenções. Dessa forma, o que se intenta demonstrar é que da mesma maneira que o que é objetivo advém do sujeito para adquirir uma razão de ser (sentido), o subjetivo prescinde do objetivo para se projetar, se representar, para interagir e para existir enquanto uma dimensão real do ser total.

Na argumentação de Navarro (1994), o indivíduo é o centro da questão, dele provém o “social”, “a realidade social objetiva”, ao projetá-los conscientemente, intencionalmente e por meio de um conjunto de ações a partir de sua subjetividade, ou melhor, a partir da interação trans-subjetiva de diferentes indivíduos, cada qual único e permeado por experiências de vida intransferíveis, em um mesmo contexto espaço temporal. Em síntese, chega a escrever que em realidade a “sociedade não existe” a não ser como uma criação, principalmente subjetiva, do indivíduo.

Sem dúvida, o indivíduo, ou o sujeito (tal como se opta trabalhar), cria a sociedade em que vive, mas também o faz objetivamente, com a materialização de objetos sociais em (inter) ação no espaço-tempo e a manifestação corpórea e mental de ações sociais através de objetos no espaço, como exposto anteriormente. Quem cria o que convencionamos chamar de sociedade é evidentemente o sujeito, cuja existência objetiva e subjetiva é atravessada pela existência objetiva e subjetiva de outros sujeitos, uma mútua imbricação então se realiza.

O amplo sentido ao qual se dá à sociedade é fruto de uma construção individual e coletiva, portanto, de acordo com determinados princípios e preceitos de vivência, de percepção e de concepção compartilhados, ainda que ocorra de forma conflituosa. O sujeito constrói-se em interação com o *outro*, isso fundamenta o seu ser, seu modo de ser, de pensar e de agir. Aquilo que cria também o recria em concretude, uma vez que a reciprocidade se perpetua sob condições histórico-geográficas específicas e determinadas. Se a sociedade existe, existe sob esse pressuposto: como um constructo objetivo / subjetivo do indivíduo social, que possibilita torná-lo o que é, um sujeito total, na medida em que o condiciona em sua consciência subjetiva (através de representações) e em sua corporeidade objetiva (através de atos e ações) na realidade em que existe concretamente.

Em consonância, as palavras de Morin (2002) não poderiam ser mais oportunas: “o indivíduo cria a sociedade que o cria”, visto que a parte está no todo e o todo está na parte, segundo o princípio hologramático (MORIN, 2002, 2005); princípio, aliás, analisado também por Navarro (1994) ao discutir o indivíduo e a sociedade enquanto hologramas sociais. Esmiuçando mais essa interdependência: a parte contém e representa o todo, todavia é incapaz de sê-lo em totalidade; o todo, embora represente a totalidade, é inconcebível sem as partes que o retroalimentam, o representam e o contém. O princípio é, portanto, relevante para a questão suscitada, mas com algumas nuances: o sujeito perfaz-se como parte e todo, parte da totalidade da sociedade e ele próprio uma totalidade social; por sua vez, a sociedade se configura como todo e parte, todo por ser a totalidade concreta da realidade e parte por ser constructo social produzido por cada sujeito social.

O sujeito é a força motriz que inventa a sociedade em todas as suas dimensões e mediações na medida em que o próprio sujeito é uma ideia, uma

invenção social produzida em sociedade envolvendo seu corpo, mente e prática. Uma invenção construída perpetuamente, estando em constante estado de transformação inata a sua existência. Uma invenção histórica, por ser um resultado acumulado e provisório de lutas, experiências, vivências, sentimentos, de práticas, de vitórias e derrotas, de lembranças, de alienações vitais, de dores e alegrias, de concepções e percepções (...), reunidos ao longo do tempo social. Uma invenção geográfica (graças a força gravitacional da Terra), por ter o espaço social enquanto o lugar privilegiado onde toda a história individual e coletiva é construída, dinamizada e acumulada em concretude. Portanto, uma invenção histórico-geográfica da convivência individual e coletiva, em suma, da condição humana essencialmente social e concreta.

Qualquer ato ou ação subjetiva de projeção consciente e intencional por parte do sujeito, acerca por exemplo do “social” e da “realidade social objetiva”, não advém de idealizações puras do consciente nem tão pouco de intenções abstratas descontextualizadas, mas sim da realidade social concreta. A projeção é uma representação de uma invenção social, logo, o que a sociedade projeta a fim de constituir sua existência real tem por base a própria representação da realidade. O que se busca fundamentalmente com a projeção já consubstancia quem projeta e o que é projetado. O sujeito somente projeta intencionalmente a partir de um contexto histórico-geográfico determinado; assim como, a subjetividade consciente do sujeito somente se projeta, se representa e se realiza mediante a interação social objetiva proporcionada pela realidade social concreta.

Feita algumas reflexões teóricas e imbuído de tais princípios, debruça-se agora, efetivamente, sobre os contornos práticos dessa realidade concreta, com o enfoque maior nas possibilidades de (re) existências e insurgências no cotidiano por parte do sujeito total em face dos ditames e alienações do sistema capitalista.

#### 4.5

#### **A busca por (re) existência pelo sujeito no cotidiano alienante/alienada: o exemplo da favela na cidade**

Como já ressaltamos anteriormente, o capitalismo necessita do espaço e de diversos processos (i)materiais histórico-geográficos para realizar a acumulação do capital, chegando até mesmo a se adaptar às condições preexistentes locais

para se perpetuar<sup>18</sup>. Pormenorizando, da mesma forma que se adapta, o capitalismo transforma as condições concretas locais, sujeitando-as objetiva e subjetivamente:

É somente quando a vida diária é aberta totalmente à circulação de capital e quando os sujeitos políticos têm sua visão quase inteiramente circunscrita à uma concepção enraizada (*embedding*) que a circulação de capital pode funcionar com significados afetivos e com legitimidade como seu suporte. Sob tais circunstâncias o corpo se converte em uma “estratégia de acumulação” e todos vivemos nossas vidas debaixo do signo desta condição (HARVEY, 2007, p. 27). (grifo do autor)

Dessa maneira, é notável o nível de generalização e de penetração histórico-geográfica construída pelo capitalismo, levando-o à ubiquidade, praticamente, no cotidiano de nossas vidas. Sob as circunstâncias apresentadas, o cotidiano é então permeado por uma “concepção de mundo que é absorvida de forma acrítica” na qual “o homem ativo em massa tem uma atividade prática, porém não tem consciência teórica clara desta atividade prática, a qual não obstante, inclui o pressuposto de entendimento do mundo enquanto ele se transforma” (GRAMSCI, 1971, p. 419-333 apud HARVEY, 2007, p. 28-27)<sup>19</sup>. Retroalimentado por essa concepção de mundo nos interstícios do cotidiano, que o espaço, uma vez transformado em mercadoria, é “simultaneamente global e pulverizado” (LEFEBVRE, 2008, p. 57) na medida em que é homogeneizado, fragmentado e hierarquizado em escala planetária, a ponto de desvelar objetiva e subjetivamente os contornos dos ditames do sistema capitalista.

No entanto, como contraponto, cabe sempre lembrar e destacar uma importante premissa escrita por Lefebvre (1991, p. 10 apud LIMONAD e GONÇALVES DE LIMA, 2003a, p. 29) na qual o “espaço concebido (representações do espaço) não esmaga por completo os espaços de representação [o espaço vivido] admiti-lo seria eliminar a possibilidade de conflito, de contradição e de luta, de ideias e imaginários que fogem às concepções hegemônicas”. Ou seja, o que nos interessa aqui é a seguinte hipótese: imaginar uma dominação incontestável e completa do capitalismo é um equívoco, pois se assim fosse, não haveria momentos de insatisfações, de contestações (conscientes ou não), conflitos, lutas e tensões. Nessa perspectiva, a própria dinâmica

<sup>18</sup> Inclusive, segundo Harvey (2007, p. 26), a adaptabilidade e a flexibilidade são umas das mais destacadas características histórico-geográficas do capitalismo.

<sup>19</sup> À título de complemento tal situação representa o senso comum no sentido gramsciano.

capitalista contraditoriamente gera cada vez mais “fortes sentimentos anticapitalistas” (HARVEY, 2004).

Daí a razão pela busca de compreender processos tão amplos que atingem cada sujeito, cada espaço e cada lugar desigualmente, de modo que contribua para se repensar e concretizar “campos possíveis de ação política”, ao enfatizarem, por exemplo, o que cada espaço – cada lugar – tem em comum e distinto: as diferenças. O pressuposto visa caminhar com Lefebvre (1993, p. 52 apud MAGELA COSTA, 2003, p. 12) quando diz que “uma vez que o espaço abstrato [do capitalismo] tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças e particularidades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que acentue as diferenças”.

Ao serem qualidades inerentes a cada lugar, as diferenças geográficas produzem “um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos” (HARVEY, 2004, p. 111). Além disso, o geógrafo britânico ressalta que “as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos”, já que são “perpetuamente reproduzidos, sustentados, solapados e reconfirmados por meio de processos político-econômicos e socioecológicos”.

Um exemplo explicativo: analogicamente, *eu*, indivíduo em sociedade, contendo características inigualáveis socialmente construídas, ou seja, *sou* um ser individual e coletivo, que depende do *outro* para se (re) conhecer. O espaço, uma construção social, uma mediação das práticas sociais, adquire esse caráter. Como já mencionado, todo espaço tem em comum as diferenças geográficas que são únicas, provenientes a cada lugar. Mas elas também são produzidas por outras diferenças geográficas existentes em cada lugar que dialogam incessantemente com outros lugares. Dessa maneira, as diferenças geográficas, de modo relacional, são reconstruídas mas preservando seu caráter singular. Como uma “presença fugaz” nos dizeres de Jorge Luis Borges<sup>20</sup>. Contudo, uma vez engendradas as relações capitalistas nessas relações inter e intra espaciais são reconstruídas as respectivas diferenças geográficas, transformando seus elementos constitutivos a partir de critérios mercadológicos, e também as respectivas interações entre os mesmos sob princípios desiguais e hierárquicos.

---

<sup>20</sup> Borges diz que você é sempre a mesma pessoa, mas em constante mudança. Palavras proferidas durante a defesa de dissertação de Mendes (2008).

O que nos atrai a atenção é a pluralidade na qual as ações, a vivência corpórea e subjetividade do sujeito podem assumir no seio de uma sociedade heterônoma capitalista, cuja diversidade encontra-se diretamente ligada às especificidades de cada lugar, aos contornos de cada cotidiano, ou seja, desde a intensidade e as formas de exploração e alienação das relações instituídas capitalistas até as formas e a intensidade de contestação em relação ao instituído, inclusive no que tange ao grau de participação dos sujeitos nos processos decisórios da sociedade.

Para tanto, Harvey (2004) propõe ser vital a abertura da produção de escalas e de diferenças com o fito de libertar a humanidade em favor de seu próprio desenvolvimento. O que abriria um “terreno de contestação no próprio âmbito de cada escala e de cada diferença” (HARVEY, 2004, p. 117) em prol da libertação face aos grilhões hegemônicos capitalistas.

Isso é possível porque ao mesmo tempo em que o capitalismo se expande e intensifica seus modos de dominação e de exploração, se ampliam também movimentos que se opõem à ele, em formas e escalas variadas e em múltiplas dimensões<sup>21</sup>. Se como forma de perpetuar a acumulação o capitalismo se expande, nos termos apresentados *a priori*, atravessando barreiras para adiar temporariamente sua crise estrutural, simultaneamente, cria inúmeras possibilidades de questionamentos e de contestações em contraposição ao seu modelo, cuja amplitude é potencialmente correspondente à sua própria expansão. Assim, pode-se dizer que o capitalismo perfaz-se multidimensionalmente e multiescalarmente, porém, sob perspectivas empobrecidas pois são reduzidas à ênfase de aspectos econômicos e políticos. Demonstrar e compreender esse reducionismo é descobrir aprofundadamente a diversidade no que se refere às contradições, às imposições bem como aos conflitos, insatisfações e oposições.

Além disso, ainda sobre os “fortes sentimentos anticapitalistas”, consideramos que o surgimento ou qualquer forma de imposição de limitações à sociedade são as condições necessárias para a criação de sua superação – a limit(ação) leva à emergência do novo que desafia o velho em suas contradições. Isso vale tanto para o capitalismo que ultrapassa barreiras para permanecer

---

<sup>21</sup> Vale lembrar que trata-se de uma expansão que não se resume à dimensão espacial, em termos produtivos, já que abrange a manipulação das relações de produção como forma de manutenção da (re)produção das relações de produção capitalistas.

dominante quanto para as reações, contestações e resistências contra a sua lógica perversa e desigual, que, embora, em meio a tantas limitações, (re) existe criativamente.

Aqui, tomamos emprestado de Porto-Gonçalves (2006), o termo (re) existência. A imbricação entre resistir e existir torna-se uma questão fundamental ao se pensar os “campos possíveis de ação política” para qualquer sujeito político *total*, na medida em que vive, e por vezes sobrevive, em condições específicas reunidas num espaço-tempo singular, e enfrenta, confronta e/ou aceita os ditames capitalistas. A síntese do conjunto dessas práticas espaciais e sociais é materializada no cotidiano e expressa em determinadas problemáticas urbanas. Nessa perspectiva, enquanto um exemplo elucidador, o próprio o processo de segregação discutido anteriormente, pode ser retomado sucintamente sob outro enfoque, vislumbrando a íntima relação entre a cidade e suas escalas a partir da ótica contraditória e complementar da ordem e da desordem, de tal modo que desvele as formas e a importância da existência de resistência e da resistência para a existência.

A segregação é uma (des) ordem na ordem burguesa da cidade capitalista. Tal desordem nada mais é que a expressão das contradições do espaço cuja gênese maior encontra-se na própria ordem capitalista, desigual por excelência. Tal ordem é imbuída de múltiplas ordens e múltiplas desordens. A própria desordem citada, enquanto segregação, pode ser vista também como uma ordem na medida em que classes e grupos dominantes se enclausuram em espaço segregados – condomínios ‘fechados’ – por vontade própria e por razões diversas já mencionadas. A desordem organizada é estabelecida e difundida como uma nova ordem com suas benesses diante da desordem concebida negativamente – favelas – que a ordem cidadina produz. Assim, através da segregação de ricos e de classe média, incluídos plenamente, é possível distinguir um caráter de ordem e de desordem na organização e produção da cidade.

Cabe ressaltar, porém, que tal produção de forma alguma é aleatória e tão pouco é somente produto da construção racional. Ambas as perspectivas fazem parte do processo que constrói e desconstrói espaços. A (in)certeza e a (im)previsibilidade incorporadas na produção do espaço é o que nos permite enxergar traços de uma (des)ordem complexa na organização de cada cidade. Em

consonância com essas palavras e ideias, Edgar Morin (2002, p. 275), escreve que “quanto mais complexa é a organização, mais comporta desordens”.

É nesse contexto que a segregação por parte dos pobres, incluídos precariamente, pode ser apreendida como uma disseminação de uma ordem determinada, encontrada nas sociedades de sistema capitalista, uma ordem segregativa, que tem por pressuposto em seu âmago a desordem. A favela é simultaneamente uma ordem e uma desordem, fruto de uma ordem estabelecida dominante e de uma desordem (fragmentadora) gerada por essa dominação. Contém ordens e desordens em várias dimensões e escalas que se interagem e interagem com a ordem cidadina preenchida por uma desordem urbana (deterioração da vida urbana).

De modo geral, a favela surge em razão de graves conflitos sociais no interior contraditório de uma sociedade profundamente desigual. As contradições e os conflitos nas entranhas de uma ordenação espacial que busca cotidianamente a previsibilidade e a estabilidade social (visando a eliminação de tudo aquilo que seja ou leve à instabilidade, à incerteza, ao erro, ao caos, à desordem) demonstra exatamente o contexto ao qual a favela está inserido: de uma cidade organizada e produzida sob os ditames capitalistas. Além disso, desvela, de um lado, toda a simplificação da compreensão sobre a favela enquanto apenas “um erro de cálculo”, uma “desordem”, um equívoco da ineficiência ou ignorância da gestão e do planejamento urbano no decorrer do tempo; e, por outro lado, revela que a favela vista como desordem na cidade, desorganizadora da ordem estabelecida, ao invés de ser uma anomalia social, é fundamentalmente inata à existência, permanência e, principalmente, transformação dessa ordem da cidade capitalista.

Logo, a perpetuação e existência política, econômica, simbólica etc. da favela, no decorrer das décadas, está ligada diretamente a sua capacidade de (re) existência consciente e inconsciente face a práticas e concepções alienantes e alienadas. E certamente, será somente através da resistência conflituosa que a favela permanecerá existindo e se superará enquanto segregação espacial, desordem indesejada e, ilusoriamente, desassociada da “estável” ordem da cidade. Uma luta que *deve* contemplar um sentido coerente aos desejos, aos anseios e às satisfações (i)materiais daqueles que são coagidos, alijados e explorados cotidianamente, caminhando em direção a horizontes mais democráticos na

produção (do espaço) da cidade. A tensão transparece o que é antagônico e faz emergir a complementaridade inerente dessa relação.

Nesse sentido, nenhum local da cidade pode ser compreendido em si mesmo, assim como a própria cidade. A existência corpórea/ simbólica na paisagem de favelas justapostas a áreas onde há uma nítida concentração de riqueza, além de ser uma manifestação (i)material da desigualdade cognata ao capitalismo, é fruto de múltiplas (re) existências, proveniente da relação transescalar de conflitos entre diferentes sujeitos, classes e grupos sociais intermediados pelo Estado, ou seja, um jogo de forças contraditórias cuja tensão retroage na organização e produção do espaço citadino. Em poucas palavras, não se pode pensar a favela ou o condomínio ‘fechado’ sem pensá-los *na* cidade.

A relação entre ordem e desordem explicitada nas segregações e na cidade, permite tanto descortinar a análise a partir das (inter) ações entre as partes e o todo que constituem a totalidade, quanto vislumbrar as múltiplas implicações políticas que isso denota para o sujeito que produz o espaço em sociedade. Nessa perspectiva, mediante uma premissa aludida da totalidade, a qual um fenômeno ou um processo define-se e define o todo, observamos que a segregação espacial, na medida em que é concretizada na produção do espaço capitalista, acaba por iluminar as suas facetas, a sua dinâmica (simultaneamente uma ordem e uma desordem) e o contexto particular em que é produzida, sendo inclusive perceptível a influência que exerce sobre a cidade. Além disso, sob um ponto de vista mais amplo e crítico, a discussão empreendida desvela também todo o aspecto conflituoso e contraditório que o cotidiano alienante/ alienado produz, precisamente através das diferentes formas de manifestações, contestações e insatisfações geradas e da busca por (re) existência por parte de determinados sujeitos.

#### 4.6

#### **A reprodução da vida entre insatisfações e contestações práticas e oportunidades e possibilidades teóricas de transgressão**

Hiernaux (2006) assinala que a cidade sem o fortuito seria um receptáculo vazio de nossas vivências. E diríamos mais: sem o fortuito não existiria a vivência, o viver, as cidades; a vida urbana não existiria. Durante muito tempo, o imprevisível (o caos), tudo aquilo ligado ao desconhecido, segundo critérios pretensamente científicos, ou era ignorado ou era concebido como um erro na

ordem perfeita (a cidade capitalista, por exemplo) que deveria ser banido pela racionalização da razão disseminada como verdade. Tal perfeição nunca existiu, por ser impossível de ser alcançada em plenitude e concretude. Talvez possamos dizer que tenha somente existido como ideologia, no sentido marxista do termo, de falsear a realidade com abstrações tornadas concretas através de práticas e discursos de determinados sujeitos, grupos e classes sociais, com força suficiente para moldar, até certo ponto, a forma como percebemos e vivemos a realidade. Importa compreender que a ideia de perfeição não deve ser simplesmente banida, mas deve ser reformulada, o que significa partir do princípio que a perfeição está no reconhecimento das imperfeições. O erro banido pela razão, sempre esteve presente, assim como a desordem na ordem, o imprevisível na rotina, o caos no cosmos etc. Por tanto tempo “ausentes”, fez com que sejam enfatizados atualmente e vistos dialeticamente com a sua outra face.

É nesse sentido que no cotidiano das cidades, por maiores que sejam as tentativas de racionalização da vida urbana, o fortuito está sempre presente na realidade e se intensificando a medida em que a sociedade se complexifica. Nesse contexto, nos atrevemos escrever que, em razão de sua riqueza, na cidade é possível encontrar o que não se busca, algo diferente, algo novo, que não se espera se deparar, e, partir daí, provocar algum grau de mudança no cotidiano.

Enquanto um exemplo<sup>22</sup> interessante nesse sentido intenta-se discutir o movimento “Ocupa Rio”, inspirado no movimento “Ocupe Wall Street” em Nova Iorque, que ao longo do segundo semestre de 2011 ocupou a Praça da Cinelândia no Centro do Rio de Janeiro. Buscando não incorrer no risco de superestimar ou subestimar o movimento, iremos considerar o que tal experiência pode proporcionar em termos de aprendizagem no sentido libertário, pois se tratou de uma intervenção popular de um espaço público, onde determinadas práticas, conjugadas com um teor de espontaneidade, foram verificadas.

No entanto, antes de nos debruçarmos sobre a experiência aludida, consideramos útil apresentar alguns comentários em torno da provável fonte de inspiração iniciada em Nova Iorque, chamada de “Occupy Wall Street”. As razões das manifestações se desdobraram em lutas contra as grandes empresas, poderosas

---

<sup>22</sup> Embora o exemplo não seja objeto de análise mais profunda, sua relevância se explica pela riqueza de possibilidades que tal experiência pode revelar, enquanto um campo constituído por diferentes arenas de lutas.

demais e frequentemente antéticas, os executivos de bancos, a crise econômica, a pobreza e a desigualdade etc. O grupo de manifestantes buscou primeiro ocupar Wall Street<sup>23</sup> e suas adjacências, mas como foi impedido pela polícia, o grupo acabou se estabelecendo em um parque próximo. Segundo Grossman & Nicas (2011), no mês de outubro do ano em questão esses protestos organizados eram identificados em 21 outras cidades espalhadas pelos Estados Unidos, cujo maior meio de comunicação usado entre os manifestantes era a internet.

Assim como nas cidades estadunidenses, um grupo de manifestantes também se organizou via internet no intuito de ocupar uma praça no Rio de Janeiro, postando inclusive numa página eletrônica (Movimento Ocupa Rio, 2011) atas, assembleias, GTs (grupos de trabalhos), opiniões, relatos, fotos, vídeos relacionados à ocupação. Uma questão interessante é que praticamente não foi veiculada nenhuma ou pouquíssimas notícias a esse respeito nos meios de comunicação mais convencionais. Já a ocupação de Wall Street era noticiada aqui no Brasil quase que diariamente nessa época, todavia o conteúdo das informações e das imagens tratava os manifestantes como arruaceiros sendo presos pela polícia. Perante a aparente invisibilidade midiática, as formas de participação e organização se deram, sobretudo, via internet, por meios alternativos e presenciais, pois quem se interessasse pelas discussões durante os momentos de debate poderia participar. Assim, apesar de terem membros permanentes, ao longo do dia o número de pessoas participantes frequentemente aumentava, desde curiosos até colaboradores.

Desse modo, embora o labirinto citadino transpareça mais como uma encruzilhada sem saída concebida como manifestação do poder das relações capitalistas do momento histórico hodierno, Lefebvre (1977) nos lembra que quanto mais se consolida no espaço, mais o poder teme, na medida em que o espaço pode potencialmente tornar-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro, tal como a experiência elucidada demonstra. São insurgências espontâneas que afloram, em confronto com aquilo que o esmaga e o privam de sua vivência. Não é em nenhum lugar e, ao mesmo tempo, é em todos os lugares, já que o acontecer é na dimensão do vivido, onde se pode perceber e conceber algo diferente e novo,

---

<sup>23</sup> Wall Street compreende atualmente o mais importante centro comercial e financeiro do mundo, onde se localiza a bolsa de valores de Nova Iorque.

assim como, o caminho para tanto. É aqui também que se pode identificar o que está sendo percebido, da alienação à superação, inclusive o que pode ser construído de baixo para cima e não apenas de cima para baixo.

Enquanto uma constatação nesse aspecto, a ocupação se organizou a partir da delegação de funções entre os membros para cuidar de assuntos práticos imediatos, ou seja, enquanto uma forma de gerir os recursos e doações disponíveis e enfrentar as dificuldades para a permanência no local. Desde já, é explícito a necessidade da gestão como um instrumento imprescindível à organização vinculado à participação voluntária e consciente, onde todos os membros compartilham as decisões. De modo complementar, o planejamento também foi peremptório para articular e por em prática a ocupação, assim como, para desenvolver as atividades de protestos à médio prazo. De certa maneira, e até certo ponto, a experiência pode ser apreendida como um exemplo a fim de se opor ao *status quo*, no qual alguns poucos sujeitos e grupos sociais centralizam as decisões.

Posto dessa forma, é nítido como a corporeidade, uma das vias mencionadas por Lefebvre (1977), pode abranger a um só tempo (espaço) tal contestação difusa e espontânea, apesar de ser impelida na/pela rotina a cometer ações repetitivas e miméticas e a ter intenções induzidas e reduzidas à obtenção da troca e do consumo. Isso significa dizer que nesses moldes, o corpo imerso na rotina cotidiana não tende apenas à repetição e reforço do mesmo dia após dia. Engana-se quem pensa assim. Além desta condição em primazia, a rotina traduz-se também em renovação, em improvisações criativas (THRIFT, 2004), surgidas, por exemplo, diante de necessidades reais de vivência e de sobrevivência; insinuam pequenas transgressões que aliviam o peso da rotina, repetição do já conhecido (HIERNAUX, 2006), que, uma vez fundamentadas num sentido libertário, pode até mesmo criar o novo sob pressupostos diferentes.

Embora certamente com limitações, a própria ocupação foi uma proposta de organização política e de participação popular alternativa e diferente, “à revelia do Estado, apesar do Estado e contra o Estado”, pois houve ricas e diversas discussões de propostas radicais em vários GTs, como por exemplo: ‘oficina de direito desconstruindo a noção do direito que conhecemos atualmente’, ‘questões sobre gênero e sexualidade em relação a sociedade vigente’, autogestão, crise do capitalismo, ‘tornar o orçamento participativo transparente e passível de

participação popular’, abertura de diálogo com movimentos sociais e ativismos sociais (sem atrelá-los à ocupação permanente) etc. Ao invés do uso de microfones ou megafone durante os debates, todos repetiam o que o outro dizia até alcançar todos que estavam presentes. Além disso, muitas formas de expressões cênicas também foram discutidas e postas em prática como um modo de manifestar ideias contra-hegemônicas e radicais (Foto 1).

Foto 1: Parede transformada em um mural de expressão de ideias



Fonte: [HTTP://ocupario.org/](http://ocupario.org/)

Em potencialidade, trata-se de um bom exemplo de como o corpo (consubstanciado pela subjetividade e as ações), membro efetivo e subversivo do espaço, pode refutar a reprodução das relações destrutivas e opressivas ao próprio corpo, à subjetividade, ao espaço, à cidade e, no limite, à sociedade. A expressividade desse jogo conflituoso e contraditório adquire contorno real no âmbito na escala do cotidiano, o lugar da vida, que, para Limonad & Gonçalves de Lima (2003b, p. 99), congregaria

em si o próximo e o distante à medida em que os homens se alienam e deixam absorver pela rotina, pela repetição, necessária à reprodução biofisiológica e ao mesmo tempo estes mesmos homens libertam-se extravasam suas necessidades através da festa e do encontro, e de uma certa forma rompem com esta rotina do cotidiano.

Estando entre o próximo e o distante, para Lefebvre (1977), o corpo alicerça e cumpre o papel de mediação das necessidades, dos desejos, das

representações, de toda a práxis e de toda a reprodução. Portanto, fundamental para (re) existência de todo ser construído socialmente que constrói a sociedade na qual vive. Em razão de sua vulnerabilidade, o corpo não resiste frontalmente, o faz pela calada. Aqui é o ponto exato onde encontramos a sua força: em sua fragilidade, na medida em que destruí-lo significa o mesmo que massacrar o próprio corpo social (LEFEBVRE, 1977).

Assim, cabe ressaltarmos novamente a percepção de fissuras na ilusória rigidez do capital. No seio da reprodução das relações sociais de produção hegemônicas capitalistas, que domina a seu jugo o corpo e a mente abarcando as múltiplas dimensões da sociedade, há a produção de relações sociais, como por exemplo, o urbano, as possibilidades do cotidiano e o diferencial (LEFEBVRE, 1977). Importa perceber aqui o fato de que tal produção somente ocorre devido a existência real do imprevisível, do espontâneo, do improviso criador que permeia todo espaço e tempo cotidiano da cidade, sendo muito mais que um mero acaso ou erro pontual, de modo a constituir-se como um elemento participativo crucial ao processo de produção, sem o qual não existiria a vida urbana que conhecemos.

Portanto, o desafio que se apresenta também se desvela constituído tanto por riscos e quanto por promessas, especialmente nas oportunidades histórico-geográficas que busquem vias mais democráticas de participação em inúmeras e diferentes arenas (possíveis) de lutas que se desdobram e surgem a nossa volta todos os dias no cotidiano. Por exemplo, apesar do importante fomento ao debate de propostas participativas e democráticas, a própria ocupação descortinou seu limite: uma mobilização popular pontual com pouca força reivindicatória em torno de questões efetivamente práticas e cotidianas<sup>24</sup>.

Convém, então, criar um caminho que articule e alicerce o lugar da vida a partir de um horizonte estratégico mais amplo de pensamento e de ação. Essa constatação pode, virtualmente, integrar projetos alternativos a ponto de contribuir para se repensar, na prática e na teoria, o corpo, a subjetividade, a ação e o novo enquanto uma proposta real e utópica: o direito à cidade.

---

<sup>24</sup> Alguns relatos e críticas encontrados na própria página eletrônica da ocupação ressaltava o fato de que as discussões perdiam sentido por faltar um caminho mais prático para a ação, *o passo seguinte*.

#### 4.7

### **Rumo ao direito à cidade enquanto um elo às necessidades e reivindicações e um projeto político**

Partimos da premissa, sem obrigatoriamente ser preciso um ponto de chegada, de que o “ato de imaginar é um ato político” (THRIFT, 2004). Reencontramos aqui a junção inata entre o objetivo e o subjetivo, o corpo em ação e a mente em imaginação, condições existenciais para todo ser individual e coletivo. O que o reencontro nos possibilita de fato encontrar são as bases para a contestação em contraposição a onipresença do poder do capital, sistematizado organicamente, personificado em sujeitos, grupos e classes sociais submetidos a sua lógica e ideologicamente sustentado por representações alienadas e abstratas. A miríade de contestações surge dia a dia por insatisfações sociais sentidas no corpo esmagado por pressões de todo tipo e na mente presa na rotina programada. O cerceamento das dimensões do ser, a imposição de limites concebidos ao vivido e ao que é percebido neste, revela todo o teor político destes conflitos. Por isso, se deve lutar por direitos esquecidos, ignorados, perdidos ou ainda não descobertos pela criatividade e pela necessidade humana. Por isso e nesse sentido, o ato de imaginar se traduz num ato político, econômico, simbólico, social etc. (tantas quantas forem as dimensões da sociedade), cuja escala de realização mais latente manifesta no cotidiano da cidade.

Cabe enfatizar que para se alcançar e conquistar qualquer direito, não há outro caminho senão o da teoria e da prática crítica. Nesse intento, buscamos perceber, em diálogo permanente com autores propositivos e questionadores, o mundo a nossa volta através do cotidiano, daquilo que nos aflige àquilo que nos alegra. Daí, com ou sem surpresas, identificamos mecanismos concebidos à opressão de uns sobre muitos, mas chegando a ser de todos sobre todos em certa medida. Diante e dentro desse labirinto físico, mental e social, se trava uma luta em seus interstícios para (re) existir no âmbito do vivido, indo desde a formulação de estratégias para se contrapor e insurgir, convivendo com o risco e a potência de se criar o novo, até o legítimo intuito de tentar simplesmente sobreviver.

Nesse contexto o sujeito (re) existe, resiste porque existe socialmente; em contrapartida, atualmente, a concretização de sua existência depende cada vez mais de sua capacidade (formas e intensidade) de resistência.

Entretanto, a esse respeito, uma questão se apresenta. A análise isolada dessas “formas” no espaço acarreta no desprendimento ou na invisibilização de seus respectivos conteúdos. Explica-se: as formas de resistências analisadas isoladamente ou desarticuladas na realidade nos impelem a desconsiderar o sentido social mais amplo ao qual se inserem, a razão de suas existências, assim apenas abarcando os limites da ação. Uma vez entrelaçadas em ação, e em possível compreensão analítica, as diversas formas de resistências, encontradas em cada lugar diferentemente, permitem construir um outro ponto de partida, contudo agora sob uma base e um horizonte em comum: contra a opressão alienante capitalista, de tal modo que se realce a necessária coexistência da diversidade (de lutas políticas) na unidade (na sociedade capitalista) e da unidade (do espaço criado pela sociedade contemporânea) na diversidade (da presença espacial enquanto elo de resistência em cada campo de luta política).

Assim, mesmo em meio ao cotidiano tão alienado e alienante, o sujeito resiste; resiste porque é total, pois é enquanto totalidade que existe, luta, insurge, vive, que fica à mercê da alienação ou que pode efetivamente superá-la ao (re) existir, tornando-se consciente de si em profunda relação com o *outro* e consciente para si em relação a constituição de um *projeto*.

Toma-se de empréstimo a ideia de Lefebvre (1975), segundo a qual não existe pensamento em si, apenas pensamento de algo, já que todo pensamento só existe em relação a algo em sociedade, referindo-se ao seu caráter relacional. Porém, em nosso ponto de vista, a existência relacional do pensamento decorre de uma incompletude em seu âmago, pois lhe falta um sentido. Para tanto, complementarmente, se existe o pensamento de algo há também o pensamento para algo: os rumos nos quais as relações podem findar, o caráter processual que isso denota e a possibilidade de se (re) pensar o caminho trilhado haja vista um horizonte projetado, ainda que em permanente processo de construção.

É nesse contexto e nessa perspectiva, que se elucida as ideias de consciência de si e de consciência para si no que tange a (re) existência do sujeito insurgente, trazendo à tona a participação relacional do *outro* e a necessidade de traçar um horizonte (projeto) para a sua realização. Nesse intuito, para sua realização, Martins suscita (2008, p. 12, prefácio) a “reapropriação dos tempos-espacos da vida tragados pelo vórtice do mundo das mercadorias”. Uma reapropriação que envolva a cidade, enquanto um produto e, sobretudo, uma obra,

que tende a escapar e se voltar contra aquele que a produziu, o homem; tornando-se assim, ameaçadora e empobrecida enquanto uma realização humana. Por isso, é seminal possibilitar ao homem dominar suas próprias obras, apropriar-se plenamente delas (Op. Cit.)<sup>25</sup>.

De forma perspicaz, o direito à cidade proposto por Henri Lefebvre, reúne em seu cerne o conflito, as contradições, a multidimensionalidade e multiescalaridade dos direitos coletivos, os anseios, os valores, a práxis e as necessidades reais. Todos, ao mesmo tempo, são necessários e desafiadores de serem trabalhados e reconhecidos. Frente aos desafios pelos quais os sujeitos enfrentam na cidade, consideramos que o direito à cidade, enquanto um arcabouço teórico e um conjunto de práticas, é a noção que melhor qualifica o sentido ao qual buscamos para a cidade, como um horizonte possível.

Tal como Ferreira (2012), também inspirado na obra do filósofo Lefebvre, compreende-se o direito à cidade enquanto obra, em que se busque alcançar a concretização de resultados que reflitam (n) uma cidade mais justa e humanizada, referindo-se ao direito à vida urbana, transformada no lugar do encontro, em que o valor de uso sobreponha-se ao valor de troca e em que a produção do espaço se realize para os cidadãos. No intuito de aclarar o sentido proposto, ao se buscar o lugar do encontro não há a ingenuidade de uma suposta harmonia, pois também diz respeito ao desencontro, ao conflito, à tensão permanente implícita que, por vezes, é explicitada; em outras palavras, abarca as interações sociais próximas e distantes que se reproduzem no cotidiano do espaço.

O zelo a respeito do sentido que o lugar do encontro implica, se justifica por não cair no erro de tomá-lo como ficção cuja busca resultaria numa ilusão; logo, o que se enfatiza é o fato de que a busca deve ser em torno da prevalência das relações concretas do encontro voltadas à reprodução da vida sobre as

---

<sup>25</sup> Nas palavras exatas de Martins (Op. Cit.),

para Lefebvre, a cidade é também e sobretudo uma obra, e a análise das relações entre o homem e as obras nas e pelas quais realiza sua natureza (trata-se, portanto, do homem considerada concretamente, isto é, a partir da práxis, social e historicamente determinada) revela que essas obras tendem a lhe escapar, a se voltarem contra ele, tornando-se ameaçadoras, implicando assim num empobrecimento da realização do humano. A rigor, o pensamento lefebvriano sobre a urbanização é orientado pela questão crucial definida anteriormente por Marx: trata-se de possibilitar ao homem dominar suas próprias obras (nas e pelas quais se realiza e se “perde”, se aliena), apropriar-se plenamente delas.

relações abstratas e alienadas de (des) encontros ligadas à reprodução do capital, como o individualismo, consumismo, a mercadificação etc.

O lugar, no qual “se situa o núcleo racional, o centro real da práxis” (LEFEBVRE, 1968, p. 38 apud MARTINS, 2008, p. 14), é onde se vivencia de maneira mais intensa e vívida esse embate contínuo que tem como consequência mais nítida, caso o espaço seja tornado um instrumento com esse fim, a dilaceração da corporeidade, da subjetividade e da sociabilidade do sujeito total. Em razão dessa iniquidade que se aprofunda e se perpetua, e pela importância estratégica de luta ante a tal processo, fica claro o porquê de discutir o espaço geográfico, e focar nas suas implicações na concretização do sujeito total bem como nas possibilidades que o mesmo nos abre.

O direito à cidade, assim, vislumbra-se como um caminho, mais precisamente, como um elo entre as necessidades e as reivindicações, que somente adquire forma e sentido através do sujeito, especialmente se estiver imbuído de uma outra leitura de si e do espaço em que vive, quais sejam: de se descobrir enquanto um projeto, uma totalidade entre totalidades em processo contínuo de transformação, influenciando em seu modo de pensar, de se representar e de viver; e de desvelar o espaço enquanto um produto, instrumento, condição, dimensão, mediação e totalidade criado pelo sujeito por ser o seu meio de concretização, portanto, influenciando em seu modo de agir, de participar, de insurgir e de transformar.

#### **4.8**

#### **Repensando o papel e a importância das representações para a concretização do sujeito**

Ainda sob o viés crítico, optamos por discutir um ponto chave que merece um pouco mais de atenção pois reformula a todo momento o concebido, o percebido e o vivido. Em caráter aproximado, a representação significa uma re-representação do real e tudo e todos que o constitui; é uma condição existencial histórico-geográfica em toda e em cada sociedade; possui diferentes temporalidades em relação dinâmica; e, apesar de ser uma produção social, pode ser levada a representar ideias, práticas, imagens, hábitos etc. de determinados grupos e classes dominantes à toda sociedade. Em um texto com indiscutível clareza e precisão, Lutfi et al. (1996, p. 94) argui, baseando-se em Lefebvre, que

Não se pode deixar de lado, as condições de vida dos povos, grupos ou classes que as produzem e, embora sejam resultado de uma determinada relação de forças na sociedade, as representações dirigem-se a todos. Representam a imagem de um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. Assim sendo, a representação, como produto de um determinado processo social, está referida à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, através da representação, podem, *sem mentir*, passar uma imagem que perpetua a dominação.

Assim, a crítica às representações permite desvelar um dos alicerces fundantes do mundo atual sob hegemonia do poder do capital que impede e dificulta a busca por direitos na cidade e a construção do possível na medida em que é concebida, manipulando o vivido, de acordo com as ações e intencionalidades dos sujeitos, grupos e classes sociais dominantes. “O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido, manipulando o vivido” (LUTFI et al., 1996, p. 89).

As consequências mais sérias desse processo afetam diretamente as condições existenciais físicas, mentais e sociais de sujeitos, grupos e classes sociais alijadas e dominadas, cuja voz é calada, o olhar é vedado, o comportamento é cerceado e conformado, as ideias, os símbolos e os signos são transformados (destruídos e/ou reconicionados), as intenções são fragmentadas e reduzidas à esfera econômica do consumo e as ações são orientadas por interesses estranhos e distantes.

É nesse contexto que a face manipulada das representações interferem na prática social e fazem parte da vida (LUTFI et al., 1996). Além disso, as representações ganham tamanha importância em relação ao que é representado, a ponto de reproduzi-lo e redefini-lo. Por exemplo, a primazia do consumo, da abstração extrema, da troca e do dinheiro faz com que a necessidade do parecer se sobreponha às equivalências do ter e, principalmente, do ser. Ignora-se toda a complexidade do ser reduzindo-o e induzindo-o à simulação e à dissimulação. O mesmo acontece com o espaço, representações simplificadoras da realidade predominam na teoria e na prática sobre a sua complexidade. Tais representações e a simplificação possuem algo em comum: são ambas construções sociais, mas com uma diferença importante. O simples não existe, como bem nos lembra

Gaston Bachelard (apud MORIN, 2002), o que existe é a simplificação do que é complexo, a realidade. Assim sendo, a simplificação, por maior força que tenha na sociedade nas mais diferentes perspectivas e dimensões, é uma abstração concebida tornada concreta material e imaterialmente. Já as representações têm sempre uma origem na vivência do concreto que, sendo elas falsas e verdadeiras simultaneamente (LEFEBVRE, 1983), enriquecem o real e as percepções sobre o mesmo ao re-apresentá-lo de formas e sentidos diversos; dentre os quais, contudo, encontramos também formas e sentidos cuja abstração extrema concebida orienta, distorce e mascara tanto a percepção quanto a vivência do/no real expresso no cotidiano em suas múltiplas e implicadas relações (sociais).

No que tange a riqueza de seus sentidos e formas, a representação guarda ricos elementos subversivos e libertários com forças poderosas de transformação, embora passem despercebidos e estejam cada vez mais raros, como os sonhos, as utopias, a memória, o *outro* etc. Ainda é pouco o que se escreve sobre eles e toda a potencialidade que carregam. Todavia, estão presente em nossas vidas do nascimento à morte, a cada alegria ou tristeza, durante a rotina, nas emoções sentidas, nas lutas travadas e, apesar disso, na maior parte do tempo o conhecimento sobre eles é ausente. Basta enxergá-los. Basta enxergar o diferente, com os mesmos olhos domesticados, o cotidiano de nossas vidas urbanas. As representações são inerentes à condição existencial da sociedade e, por consequência, a todos nós. Por isso mesmo, devemos buscar outras representações, enxergando a pluralidade de sentidos, de horizontes e de virtualidades que elas escondem (na verdade, que nós mesmos escondemos ao não percebê-las e vivê-las) e concebê-las de formas diferentes a partir de outras percepções e vivências. Dessa maneira, as representações, mediação do poder, uma vez transgredidas e superadas, também podem ser uma mediação do subversivo. “*Viver é (se) representar mas também transgredir as representações. Falar é designar o objeto ausente, passar da distância à ausência preenchida pela representação. Pensar é representar mas também superar as representações*” (LEFEBVRE, 1983, p. 99). Poder-se-ia, então, dizer que é vital se reapropriar das representações, de forma a propiciar a manifestação de valores, concepções, usos, práticas, ideias provenientes de sujeitos e grupos sociais atualmente excluídos, cooptados e alienados.

#### 4.9

#### Repensando o papel e a importância do *outro* para a concretização do sujeito

Para tanto, não é preciso que todos nós nos conheçamos, é preciso, porém, que todos nós nos reconheçamos como sujeitos totais de direitos à cidade (materiais e imateriais), capazes não só de compartilhar os rumos da cidade no que se refere a qualidade de vida e a justiça social, mas também capazes de representar de maneira espontânea e criativa os desejos, símbolos, a imaginação, em síntese, a sua identidade. Estamos nos referindo a possíveis projetos de contestação (organizada ou desorganizada, consciente ou inconsciente) no seio do poder da sociedade capitalista, portanto estão sujeitos a situações de retrocessos e avanços, dependendo de cada momento histórico e cada localização geográfica, isto é, dependendo das condições que se apresenta o horizonte.

O horizonte, nesse sentido, além de agregar ao mesmo tempo o espaço e o tempo, desvela também um pressuposto necessário para a concretização de possíveis projetos: o *outro*, correspondendo a todas as pessoas que existiram antes do sujeito, todas as pessoas que existirão depois e, principalmente, todas as pessoas que coexistem com o sujeito nessa sociedade. Estão ao seu lado, sem estar do mesmo lado, pois são postos uns contra os outros, enquanto competidores, trabalhadores, patrões, consumidores, controlados e vigiados, controladores e vigilantes etc.

Do ponto de vista do sujeito o *outro* pode personificar e representar um sujeito, grupo e classe social, coletividade, instituições e empresas e o Estado. Esmiuçando, há a possibilidade, além de outras não contempladas, de se trabalhar duas perspectivas gerais sobre o *outro* sempre a partir do próprio sujeito.

O *outro* pode se referir a quem também se encontra em estado de alienação, submetido às mesmas sujeições que o sujeito e guardando em seu âmago constitutivo a mesma potência à ação e à criação que o sujeito insurgente, na medida em que este outro é enquanto sujeito a personificação da totalidade, representando um grupo ou classe social, movimentos reivindicatórios, ativismos e/ ou organizações sociais em uma sociedade determinada. E é exatamente por isso, sob condições determinadas, que é capaz de reproduzir as alienações que o subjagam e o dominam bem como de empreender uma busca pela superação ante essa subjugação e dominação alienada.

O *outro* também pode se referir, intimamente entrelaçado ao *outro* anterior, a quem provoca e dinamiza a alienação social do sujeito, ou seja, outros sujeitos com o poder (de decisão) suficiente para estabelecer e exercer certo controle sobre outros, através de ações, objetos e representações produzidos com esse intuito, embora sejam solapados e recriados pela vivência, e intermediados e representados por classes e grupos sociais determinados, por instituições sociais, como o Estado (em diferentes níveis político-administrativos em múltiplas escalas de atuação e atividade social, econômica, política, simbólica, ética, espacial etc.), e por empresas capitalistas de diversos setores. Todos são representações desse *outro*, e só o são, porque são produtos da personificação do sujeito, tornando-os, conseqüentemente, reais. Assim sendo, como se realiza em condições determinadas, o *outro* também está sujeito, em certo aspecto, a alienações pois precisa se submeter às determinações do sistema social dominante capitalista para existir, caso contrário tende a sofrer implicações deletérias a sua própria existência social, como por exemplo, em relação a sua posição social num grupo, (classe ou instituição) específico e ao respectivo status atribuído em sociedade.

Em síntese, seja qual for a perspectiva contemplada em torno do *outro*, diz respeito ao sujeito vinculando-se ao seu processo de concretização ao complementá-lo e ao contradizê-lo, ao se diferenciar e ao se assemelhar em alguns pontos em comum. Por ser o *outro* intrínseco a constituição do sujeito, se opta por essa via analítica que permite, além disso, um aprofundamento maior acerca do sujeito em interação social, já que o *outro* se perfaz como o meio pelo qual o sujeito se constrói, produzindo uma identidade individual e coletiva.

Na prática e na teoria, a ideia do *outro* deve ser reinventada em meio ao vórtice alienante ao qual se encontra, exatamente por se tratar de uma criação coletiva que, conjuntamente, dá uma identidade a um sujeito ou grupo social. O resultado e resultante desse processo é a produção da diferença e da diversidade, embora haja conflitos constantes e sejam paulatinamente dilacerados pela homogeneização, fragmentação e hierarquização do poder hegemônico. Importa perceber que nessa criação coletiva da diferença o *outro* produz o *eu* que o produz, assim como o *eu* produz o *outro* que o produz. A interação traduz, em poucas palavras, a totalidade do ser. Ou seja, a interdependência é inata, pois todo sujeito depende do *outro* para existir, por mais que estejamos isolados mentalmente e socialmente, como uma multidão de solitários, como diria Engels.

O que é cognato não se destrói mas pode ser alienado para outros fins estranhos. O que é cognato e alienado ainda não se destrói simplesmente mas pode ser reinventado para outros fins e meios concretos. Se o âmago existencial e relacional de qualquer sujeito são os outros sujeitos então, para a concretização de projetos possíveis, é seminal que reconheçamos a totalidade de tal condição sob os princípios da diferença. Para que, assim, *nos* reconheçamos como sujeitos de direitos comuns, podendo alcançar determinada coerência teórica e prática, mesmo sem *nos* conhecermos. Pois sabendo o que sabemos não precisamos *nos* conhecer para pensarmos a mesma coisa, para termos o mesmo horizonte.

#### 4.10

#### **A luta pelo direito à cidade: a construção de um horizonte democrático através do sujeito total insurgente**

Mediante a análise realizada, desvela-se que a reprodução do capital não se refere apenas a reprodução manipulada de materialidades, de práticas, de corporeidades, mas também de subjetividades, ou seja, a criação de um imaginário social baseada nas relações de troca de uma racionalidade econômica, afetando as formas de pensar, de existir, de lazer, do que gostar, de observar, de se perceber etc. em sociedade. A naturalização das condições (de perversidade) conjugada a banalização das consequências (como a fome, a pobreza e a violência) vem a corroborar tal reprodução, cuja amplitude, na maneira e na intensidade que se apresenta na contemporaneidade, ultrapassa, sem deixa de ser, um modo de produção sendo intrínseco ao modelo civilizatório ocidental capitalista. Diante da magnitude e profundidade, o conformismo e a imobilização são efeitos inevitáveis difundidas na sociedade. Por isso, mesmo quando há instrumentos e mecanismos legais instituídos no âmbito do poder público, como, por exemplo, consultas populares estipuladas pelo Estatuto da Cidade, a participação e mobilização muitas vezes têm sido aquém do necessário. É a grave conjuntura que Ferreira (2011), por exemplo, identifica em relação a implementação do atual projeto do Porto Maravilha<sup>26</sup> na cidade do Rio de Janeiro, cuja participação da população na

<sup>26</sup> Projeto no qual visa a transformação social e espacial da zona portuária e adjacências da referida cidade, fazendo parte e sendo exemplo, “com maior ou menor destruição de patrimônios históricos”, de um processo global de revitalização das áreas centrais de metrópoles, “aceito como novo modelo para o desenvolvimento urbano” (FERREIRA, 2011, p. 152). Dentre as problemáticas (negativas) decorrentes, o autor (2012) destaca que a visível ausência de participação da população do lugar junto com a “falta de organizações coletivas contribui para que a proposta de produção do espaço atenda, principalmente, aos interesses do empresariado”. Por

decisão do futuro da cidade é restringida pela agenda política determinada pelo Estado.

A questão posta inicialmente então persiste e, agora, se amplia: por que e como tentar descortinar tal contexto heterônomo? Justamente para buscar e encontrar um meio de superação: a compreensão do controle das formas e intensidade da reprodução do capital possibilita a conscientização sociopolítica das condições histórico-geográficas existentes, no intento de tomar as rédeas do controle de sua compreensão. O sujeito nunca foi tão alienado num contexto tão alienante, no entanto o sujeito nunca teve sua dimensão política tão exaltada e imprescindível, no sentido de (re) definir os limites de sua vivência, envolvendo o que toda escolha implica, em liberdades e responsabilidades, (in) dependentemente de quais sejam as condições sociais. É claro que essa capacidade/ potencialidade variará de acordo com o poder de ação de cada um, quer dizer, da forma como o sujeito se situa em meio ao poder, seja aquele que representa o poder (re) afirmando-o, seja aquele que tenta não representar o poder, ao negá-lo. Mediante as diversas consequências que isso acarreta para a consciência *de si e para si*, o sujeito deve perceber e conceber que cada e toda ação social possui uma dimensão e caráter político. A importância dessa condição está no fato de que as informações e elementos (como as dimensões do ser: a corporeidade, a subjetividades e a própria ação) são possíveis de serem resignificados, principalmente a partir de outro ponto de vista *político*, pois como nos ensina Santos (2001)

é dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional (p. 132-133).

Além do mais, tal afirmação adquire uma relevância ainda maior e decisiva ao se constatar que “as lutas ainda se encontram ligadas ao sentido imediato de sobrevivência” (FERREIRA, 2012), posto que são muitas vezes orientadas a fim de atenderem as necessidades básicas de sobrevivência material e imaterial.

---

consequente, tal projeto que vêm se realizando de cunho mercadológico, “agora com a associação entre os governos municipal, estadual e federal, levarão a uma valorização imobiliária, o que acabará – como em outros lugares – provocando à expulsão da população de baixa renda” (FERREIRA, 2011, p. 84).

Todavia, sob um envoltório e significado cada vez mais amplo, a luta política abrange a forma pela qual o processo de decisão ocorre, sobretudo, coletivamente. É o que o cientista político australiano Simon Tormey (2013) assevera a respeito da democracia no sistema capitalista que é posta em xeque, com mais nitidez, no âmbito da crise econômica que aflige a Europa; especialmente, em função da mobilização de protestos e de passeatas em vários países do continente que reivindicam uma outra democracia, muito além da representativa (im) posta hoje, vislumbrando uma democracia mais participativa e real, cujo papel do espaço se sobressai no que tange ao processo de tomada de decisões. Tendo em vista o enfoque aludido, argumenta que uma democracia real traz à baila pessoas implicadas

em um processo de tomada de decisão coletiva sobre os aspectos mais importantes de suas vidas. E não há nada mais importante do que a casa em que você vive, o hospital que usa, a escola e a universidade onde estuda ou seu lugar de trabalho. Se você não pode tomar parte nas decisões nesses espaços, você não vive uma vida muito democrática (TORMEY, 2013).

A constatação política sobre a luta e o exemplo explicitado se imbricam, e em muito coadunam com a proposta libertária defendida pelo teólogo Leonardo Boff, inspirada nas ideias do professor Paulo Freire, na qual se deve pensar e agir a partir de uma perspectiva simples mas poderosa, isto é, de uma *libertação concreta singular*: concreta porque leva em conta as condições sociais e as necessidades reais, e singular porque tal concretude se realiza de maneira particular e específica no espaço e no tempo. Em outras palavras, a concretização de qualquer luta política pelo sujeito total deve advir: **a)** da compreensão e enfretamento das condições sociais determinadas nas quais se encontra, sobretudo, pela busca da satisfação das necessidades mais reais, como a melhoria da qualidade de vida; **b)** consubstanciado e concatenado a horizontes mais amplos, manifestado num projeto, por exemplo, que dê um sentido a luta, visando não só consolidar conquistas mas também proporcionar outras, em vista de uma maior justiça social. Tal realização para ser coerente e efetiva deve levar em consideração a multiplicidade unitária que esse processo conflituoso de luta assume em razão das especificidades sócio-histórico-geográficas em jogo, variando de acordo com cada lugar, cada momento e cada evento, ou seja, cada momento imediato do vir a ser cotidiano. Caminha-se, assim, na mesma direção que a geógrafa Martins (2009 apud FERREIRA, 2011, p. 252) ao considerar “o

imediate tão importante quanto a possibilidade de perspectivas futuras de construção da cidade”.

É em meio a essa pluralidade de necessidades e possibilidades que o sujeito se concretiza no cotidiano, enquanto um campo fértil para criação, para resistências, através das experiências vividas, na medida em que nele se encontram a potência da liberdade e a sujeição da alienação. Ambiguidade muito bem identificada por Santos (2006), ao ser o lugar simultaneamente “da descoberta e da cegueira, da complacência e da revolta” (p. 193). Ambiguidade de condições que pode significar para o sujeito a oportunidade de “realizar-se plenamente”, enquanto totalidade, “ou de desenvolver apenas algumas faculdades” (GOULIANE, 1969, p. 54); o que desvela a potencialidade intrínseca do ser, de ser um processo inconcluso, um produto temporário, sempre por se refazer, aberto a criar, ainda que sob determinações, algo novo e diferente, principalmente por meio de uma postura crítica, consciente e insurgente a partir de lutas, (re) existências e vivências.

Trata-se, sem dúvida, de “sonhar com as mãos”, como declamaria o poeta Sérgio Vaz, crendo no impossível e encontrando horizontes utópicos. O que o horizonte nos guarda é incerto, porém o enfrentamento e o desafio do sujeito total são claros, assim como onde transcorre e transcorrerá: no espaço (urbano) com todas as suas implicações.